



Cimeira da CPLP em Díli

Sob o lema da CPLP e a Globalização, teve lugar a 23 de Julho, a Cimeira da CPLP, a qual testemunhou a passagem da presidência moçambicana para Timor Leste, país que vai assumir os destinos da organização entre 2014 e 2016. [Pag 1](#)

União Europeia assina programas PIN com países africanos

O comissário europeu para o Desenvolvimento, Andris Piebalgs assinou, em finais de junho, vários Programas Indicativos Nacionais (PIN) com diversos países africanos. Os PIN representam um elemento importante na programação da ajuda da UE concedida ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). [Pag 2](#)

Nova Era na Guiné Bissau

Depois de dois anos de grande instabilidade, na sequência do golpe de estado de abril de 2012, a Guiné Bissau parece ter entrado numa nova era de estabilidade com a realização das eleições gerais de abril deste ano. O novo Presidente eleito José Mário Vaz, antes de tomar posse a 23 de junho, fez um périplo por alguns países, nomeadamente Portugal, com o objetivo de transmitir a imagem de um novo país e recolher apoios para a Guiné Bissau. [Pag 3/4/5/6](#)

Criação do Fórum dos PALOP

Realizou-se a 30 de junho, em Luanda, uma reunião de Chefes de Estado dos PALOP com a finalidade de constituir formalmente o Fórum dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. [Pag 6/7](#)

Ébola Ameaça a África Ocidental

O vírus do ébola, que nos últimos anos parecia estar adormecido, reapareceu em força na Guiné Conacri alastrando rapidamente a outros países vizinhos, nomeadamente a Serra Leoa, a Libéria e a Nigéria. Simultaneamente, há sérias suspeitas que também já esteja ativo em outros países, como a Guiné Bissau, onde a fraqueza das estruturas sanitárias não terá ainda permitido deteta-lo. [Pag 7/8](#)

Investimento Estrangeiro em Moçambique

De acordo com dados do Relatório de Investimento Mundial de 2014, publicado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), O investimento direto estrangeiro (IDE) em África cresceu 4% em 2013, tendo atingido os 57 mil milhões de USD. A nível mundial o aumento foi de 9%. [Pag 8/9](#)

Última Visita Oficial de Guebuza

O Presidente moçambicano, Armando Emílio Guebuza, realizou uma visita oficial a Portugal entre os dias 1 e 3 de julho, naquela que deverá ter sido a última enquanto Presidente da República. Guebuza está a terminar o seu segundo mandato enquanto Presidente, estando já marcadas eleições presidenciais para 15 de outubro deste ano. Nessas eleições os candidatos mais forte serão Filipe Nyussi, da FRELIMO, Daviz Simango, do MDM, e Afonso Dhlakama da RENAMO. [Pag. 9](#)

União Africana Nomeia Chissano

A União Africana nomeou, a 30 de junho o ex-presidente moçambicano, Joaquim Alberto Chissano, como seu representante especial para o Sahara Ocidental. Esta nomeação foi decidida pela União Africana na XXIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA) que se realizou em junho em Malabo. [Pag 10](#)

Sucessão de José Maria das Neves

O Conselho Nacional do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) anunciou que o sucessor do seu atual líder, o Primeiro-Ministro José Maria das Neves, será eleito a 14 de dezembro através de voto direto. [Pag 11](#)

Criação do Banco dos BRICS

Sob o lema "Crescimento inclusivo e soluções sustentáveis", teve lugar, a 16 de julho, no Brasil a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICS, o grupo das cinco maiores economias emergentes do mundo, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. [Pag 11/12](#)

Cimeira da CPLP em Díli

■ Luís Castelo Branco

Sob o lema da CPLP e a Globalização, teve lugar a 23 de Julho, a Cimeira da CPLP, a qual testemunhou a passagem da presidência moçambicana para Timor Leste, país que vai assumir os destinos da organização entre 2014 e 2016.

Para Timor Leste esta cimeira foi importante, não só porque marcou o início da sua Presidência da CPLP, mas também porque foi a prova que o país está à altura da organização de grandes eventos. Esta segunda questão é importante porque Timor pretende aderir à Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), intento no qual tem sido bloqueado por Singapura, precisamente com o argumento que Timor não tem capacidade para receber grandes eventos políticos.

O período que precedeu à realização da Cimeira foi marcado pelos intentos das autoridades timorenses para que todos os Chefes de Estado da CPLP estivessem presentes. As maiores dúvidas foram as do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos e do Brasil, Dilma Roussef. Timor tentou convencer estes dois países da importância da sua presença de modo a reforçar a CPLP. Por outro lado, a cimeira marcou o regresso da Guiné Bissau constitucional à organização, dossier no qual Angola se empenhou profundamente, e na adesão da Guiné Equatorial, sendo que tanto Angola como o Brasil foram fortes apoiantes, sendo, por isso, importante a presença dos respetivos presidentes. Apesar dos intentos timorenses, Angola foi representada pelo seu Vice-Presidente, Manuel Vicente, e o Brasil apenas por um Vice-ministro.

Esta cimeira foi também marcada por vários acontecimentos importantes. Em primeiro lugar, registou-se o alargamento da mesma com a plena adesão da Guiné Equatorial. Após um processo lento, e nem sempre fácil, a Guiné Equatorial tornou-se no 9º membro da CPLP.

Paralelamente, novos países adquiriram o estatuto de observadores, nomeadamente, a Namíbia, Japão, Turquia e Geórgia, os quais se juntaram às Ilhas Maurícias. Estes pedidos de adesão, quer a membros de pleno direito, quer a membros associados, não deixa de constituir uma prova da vitalidade e do interesse que a CPLP desperta a nível internacional. Para além destes países, há indicações de que outros, nomeadamente a Argentina e a Índia, poderão pedir, em breve, o estatuto de observador.

A presidência timorense da CPLP começou a ser preparada com todo o cuidado. Nesse sentido, o Primeiro-ministro timorense, Xanana Gusmão, desenvolveu uma série de visitas, nomeadamente à Gui-

né Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, para preparar a presidência.

Durante as suas deslocações, Xanana Gusmão referiu ser intenção da presidência timorense da CPLP fortalecer a vertente económica da organização, nomeadamente, através de criação de um consórcio no setor energético bem como a criação de um fundo destinado a desenvolver o setor privado e a realização de um fórum económico da CPLP.

Na declaração final da cimeira, os estados membros destacaram os avanços registados no domínio da concertação político-diplomática no setor da energia, nomeadamente no quadro do projeto "Energia da CPLP". Neste setor, os líderes aplaudiram a iniciativa de Timor-Leste para a criação de um Grupo Técnico de estudo, aberto à participação dos Estados membros, para a exploração e produção conjuntas de hidrocarbonetos no espaço CPLP e estabelecer um consórcio para a exploração petrolífera no onshore de Timor-Leste, aberto à participação das empresas dos países da Comunidade.





União Europeia assina programas PIN com países africanos

O comissário europeu para o Desenvolvimento, Andris Piebalgs assinou, em finais de junho, vários Programas Indicativos Nacionais (PIN) com diversos países africanos.

Os PIN representam um elemento importante na programação da ajuda da UE concedida ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). Em 2013, os Estados-Membros da UE acordaram o montante global da cooperação para o desenvolvimento a ser afetado a 78 países de África, das Caraíbas e do Pacífico no âmbito do XI FED para o período 2014-2020.

Os programas indicativos nacionais (PIN) preveem investimentos da ordem dos 29 mil milhões de euros até 2020, em áreas que os países beneficiados consideram prioritárias e em que a ajuda da UE se traduz num valor acrescentado.

Pela primeira vez, os programas indicativos nacionais baseiam-se nas políticas e estratégias dos governos dos países em causa, refletindo a sua análise das necessidades. No máximo, o financiamento da UE centrar-se-á em três sectores por país, ou eventualmente quatro no caso dos países com economias mais frágeis.

A lista dos países africanos signatários inclui: Botswana, Costa do Marfim, Djibuti, Etiópia, Gabão, Gana, Quênia, Mauritânia, Níger, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Tanzânia.

Os maiores beneficiários desta iniciativa são a Etiópia (745 milhões de euros para os sectores da saúde; da agricultura sustentável, da segurança alimentar e nutricional; das infraestruturas e energia); o Níger (596 milhões de euros para políticas sociais; segurança e governação; segurança alimentar; e infraestruturas; e a Nigéria (512 milhões de euros para os sectores da governação; da saúde e nutrição; e da energia sustentável).

O PIN de São Tomé e Príncipe terá um orçamento de 28 milhões de euros, destinando-se esta verba para programas de abastecimento de água, saneamento e de agricultura sustentável.

Nova Era na Guiné Bissau

Depois de dois anos de grande instabilidade, na sequência do golpe de estado de abril de 2012, a Guiné Bissau parece ter entrado numa nova era de estabilidade com a realização das eleições gerais de abril deste ano.

O novo Presidente eleito José Mario Vaz, antes de tomar posse a 23 de junho, fez um périplo por alguns países, nomeadamente Portugal, com o objetivo de transmitir a imagem de um novo país e recolher apoios para a Guiné Bissau.

No seu discurso de tomada de posse, o Presidente da Guiné Bissau apelou aos guineenses na diáspora que regressem ao país, referindo que a falta de quadros capazes é um dos maiores problemas que o país enfrenta.

Outro anúncio feito por José Mário Vaz foi o de começar, desde logo, a promover presidências abertas com o objetivo de conhecer de perto os problemas das populações. Nesse sentido, anunciou que a primeira será feita no sul do país com vista a resolver o problema da produção e escoamento do arroz.

Na sequência destas eleições, foi eleito uma nova Assembleia Nacional Popular (ANP) liderada pela figura consensual de Cipriano Cassamá, o qual obteve 94 votos num universo de 102.

Positivo foi também o facto do principal partido da oposição, o Partido Renovador Social (PRS), ter adotado um discurso conciliador e de grande abertura para com o PAIGC, partido vencedor das últimas eleições. O PRS, liderado por Alberto Nambeia, conseguiu construir uma imagem de partido nacional, tendo obtido 41 deputados, e tendo deixado para trás a imagem de partido ligado apenas à etnia balanta.

O PAIGC, liderado pelo antigo Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, também mostrou forte abertura em relação ao PRS, manifestando a sua disponibilidade para, apesar de ter obtido 57 deputados e consequentemente maioria absoluta, dialogar com o PRS relativamente à formação do novo governo.

A cerimónia de tomada de posse do novo governo teve lugar no dia 4 de julho. O novo governo é composto por 16 Ministros e 15 Secretários de Estado, e tal como já havia sido prometido pelo novo Primeiro-Ministro, não se limitou a elementos do PAIGC.

Apesar de ter vencido com maioria absoluta as eleições legislativas, Domingos Simões Pereira convidou elementos de outros partidos, nomeadamente do PRS, para participarem no novo governo. A nomeação de membros de outros partidos para o governo foi uma promessa cumprida por Simões Pereira que sempre defendeu um governo com uma ampla base de apoio.

Apesar das promessas, o novo Governo acabou por não ter a tão esperada renovação geracional que se esperava. Muitos dos novos governantes já tinham sido ministros, nomeadamente do governo de Carlos Gomes Júnior e dos dois governos de transição saídos do Golpe de Estado de abril de 2012. Aliás, uma das maiores críticas que foi feita ao novo elenco foi precisamente o facto de ter escolhido individualidades que colaboraram com os governos de transição. Esta situação ter-se-á ficado a dever à necessidade de Simões Pereira chegar a consensos com as várias forças.

A segunda figura do governo passa a ser Baciro Djá, que ocupará a pasta da Presidência e Assuntos Parlamentares. O Ministro da Economia e Finanças será Geraldo Martins, Ministro da Educação entre 2001 e 2003 e quadro do Banco Mundial.

A pasta dos Negócios Estrangeiros foi entregue a Mário Lopes da Rosa, membro do PAIGC e Ministro das Pescas do governo de transição. Esta nomeação não foi nada pacífica. Por um lado, havia várias figuras que aspiravam a ficar com este ministério. Por outro lado, Mário Lopes Rosa tinha sido o candidato de Domingos Simões Pereira às primárias para as presidenciais dentro do PAIGC, acabando por ser derrotado pelo atual Presidente José Mário Vaz. Esta escolha de Simões Pereira terá provocado um mal-estar com o novo Presidente que terá resistido em aprovar este nome.

Este Governo é ainda integrado por figuras de partidos da oposição, casos de Agnelo Regala, presidente da União para Mudança (UM), Carmelita Pires, líder do partido Unido Social-Democrata (PUSD) e quatro elementos do Partido da Renovação Social (PRS), segunda maior força no Parlamento guineense.

O PRS ficou com os ministérios da Energia e Indústria (Florentino Pereira), Função Pública e Reforma Administrativa (Nelson Belo), Comércio e Artesanato (Serifo Embalo) e com as secretarias de Estado do Orçamento e Fiscais (Tomasia Manjuba).

A pasta da Defesa foi entregue a uma mulher, Cadi Mané, médica militar. Carmelita Pires, do pequeno Partido Unido Social-Democrático, que se distinguiu no combate ao narcotráfico, regressa ao cargo de ministro da Justiça, que ocupou entre 2007 e 2009.

Lista completa do novo Governo é a seguinte:

Ministros:

Baciro Djá, Ministro da Presidência do conselho de Ministros e Assuntos Parlamentares;
 Botche Candé, Ministro da Administração Interna;
 Mario Lopes da Rosa, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades;
 Daniel Gomes, Ministro dos Recursos Naturais;
 Geraldo Martins, Ministro da Economia e Finanças;
 Cadi Mané, Ministra da Defesa Nacional;
 José António Almeida, Ministro das Obras Públicas, Construções e Urbanismo;
 Valentina Mendes, Ministra da Saúde Pública;
 Odete Semedo, Ministra da Educação Nacional;
 João Aníbal Pereira, Ministra da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
 Bilony Nhassé, Ministra da Mulher, Família e Coesão Social;
 Florentino Pereira, Ministro da Energia e Indústria;
 Carmelita Pires, Ministra da Justiça;
 Agnelo Regala, Ministro da Comunicação Social;
 Ademir Nelson Belo, Ministro da Função Pública e Reforma Administrativa;
 António Serifo Embalo, Ministro do Comércio e Artesanato.

Secretários de Estado:

Tomas Barbosa, Secretário de Estado da Juventude, Cultura e Desporto;
 Barros Bacar Banjai, Secretário de Estado do Ambiente;
 Vicente Fernandes, Secretário de Estado do Turismo;
 João Bernardo Vieira, Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações;
 Ildefonso de Barros, Secretário de Estado das Pescas e Economia Marítima;
 Idelfrides Gomes Fernandes, Secretário de Estado da Cooperação Internacional e das Comunidades;
 José Djo, Secretário de Estado do Tesouro;
 Tomasia Manjuba, Secretária de Estado do Orçamento e Assuntos e Fiscais;



Degol Mendes, Secretario de Estado do Plano e Integração Regional;
Domenico Sanca, Secretario de Estado da Ordem Publica;
Abu Camará, Secretario de Estado do Ordenamento e administração do Território;
Carlos Nhaté, Secretario de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria;
Fernando Dias, Secretario de Estado do Ensino e investigação Científica;
Domingos Malu, Secretario de Estado da Gestão Hospitalar;
Filipe Quessangue, Secretario de Estado da Segurança Alimentar.

Apesar do ambiente de otimismo que rodeia as novas autoridades de Bissau, a verdade é que os próximos tempos serão difíceis. O país enfrenta inúmeras dificuldades derivadas de uma situação económica desastrosa e de uma estrutural estatal enfraquecida. Os cofres do país estão vazios, os funcionários públicos estão sem receber há vários meses, as greves em diversos sectores são contínuas. O elevado número de dias de greve no sector da educação, por exemplo, provocará a eventual anulação deste ano letivo.

Os principais recursos naturais do país, pesca, caju, madeiras e minerais, foram entregues a empresas estrangeiras através de contratos pouco claros e muito lesivos para o interesse do país. Paralelamente, a exploração destes recursos está a ser feita de uma forma insustentável, pondo em risco a sua preservação e renovação, e sem qualquer respeito pelo meio ambiente.

O caso mais evidente é o do corte de madeiras por empresas chinesas. Em 2013, 409 contentores cheios de nacional saíram do porto de Bissau, sobretudo com destino à China. Em 2010, este número não passava de 15 contentores anuais. O principal alvo deste negócio é o Pau de Sangue, uma árvore de grande porte, que pode chegar a 30 metros de altura.

Para além de estes problemas, mantem-se a dúvida de como é que as novas autoridades vão lidar com a questão da reforma do sector da segurança e defesa. Até agora, não há qualquer indicação sobre a substituição das atuais chefias militares, as quais foram as responsáveis pelo golpe de 2012. A manutenção destas chefias seria um sinal negativo que as novas autoridades enviariam, quer para o país quer para o exterior.

Alguns dos principais doadores da Guiné Bissau, nomeadamente europeus, não vêm com bons olhos o retomar da cooperação plena

sem estas chefias se mantiverem. Porém, não é fácil para as novas autoridades lidarem com esta situação de forma drástica, ou seja, substituir de imediato as chefias militares, sem lhes dar garantias de segurança e de rendimento, sob pena de estarem a criar as condições para um novo golpe militar.

Com a tomada de posse dos novos dirigentes guineenses, também a comunidade internacional reviu a sua posição em relação a este país.

A União Africana (UA), através do seu representante em Bissau, Ovídio Pequeno, anunciou que a UA decidiu levantar as sanções contra a Guiné-Bissau, permitindo desta forma que o país retomasse, imediatamente, a sua participação nas atividades da organização. Esta decisão permitiu à Guiné Bissau participar na Cimeira da UA que se realizou no fim de junho em Malabo, Guiné Equatorial.

Esta decisão da UA surgiu na sequência da reunião do Conselho de Paz e Segurança da organização, que considerou que, após as eleições de abril, o país estava retomar à normalidade constitucional. A UA apelou, igualmente, aos restantes parceiros da comunidade internacional a levantarem as sanções impostas à Guiné-Bissau na sequência do golpe de Estado de 2012.

Também o Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para a Guiné Bissau, José Ramos Horta, deu por finalizada a sua missão, deixando o país a 20 de junho.

Ramos Horta foi nomeado para o cargo a 1 de Janeiro de 2013, substituindo o ruandês Joseph Mutaboba. O objetivo era o de apoiar o regresso da Guiné Bissau à normalidade constitucional, o que foi alcançado com as eleições gerais de abril.

Para o suceder, o Secretário-Geral da ONU escolheu o antigo Presidente santomense Miguel Trovoada como seu Representante Especial para a Guiné Bissau. Trovoada fez dois mandatos como Presidente de São Tomé e Príncipe (1991-2001), tendo depois desempenhado, durante oito anos, as funções de Secretário Executivo da Comissão do Golfo da Guiné.

Também o futuro da missão militar da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a ECOMIB, que tem um mandato até dezembro de 2014, será agora revista. O objetivo é que se mantenha no país algum tipo de missão militar que garante a esta-



bilidade. O objetivo é que seja uma missão da União Africana com mandato da ONU, o que permitirá a participação de outros países, nomeadamente de países africanos lusófonos, com especial destaque para Angola.

Importante para o novo governo da Guiné Bissau foi a normalização das relações com a UE. Para tal, O Primeiro-ministro Domingos Simões Pereira deslocou-se, a 14 de julho, a Bruxelas para se reunir com Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso. Dois dias antes deste encontro o Conselho da União Europeia levantou as medidas restritivas impostas à Guiné Bissau.

Após a tomada de posse do novo Governo, a UE enviou para a Guiné Bissau uma missão especial com o objetivo de preparar um programa de apoio avaliado em de 60 milhões de euros.

Deste valor, pelo menos 20 milhões de euros serão aplicados em necessidades mais urgentes, nomeadamente no fornecimento de serviços básicos à população. Para as áreas do desenvolvimento rural, segurança alimentar e apoio à sociedade civil estão previstos 34 milhões de euros.

Paralelamente, está previsto reativar o acordo de parceria de pescas, ao abrigo do qual a Guiné-Bissau vai receber 9,2 milhões de euros por ano. O acordo de pescas foi negociado em 2012, mas nunca entrou em vigor por causa da situação política na Guiné-Bissau que, na altura, levou a UE a aplicar medidas restritivas.

A longo prazo, o envelope financeiro destinado à Guiné ao abrigo do 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), no valor de 105,5 milhões de euros, começará agora a ser programado tendo em conta as prioridades definidas pelo novo Governo de Bissau.



Criação do Fórum dos PALOP

Realizou-se a 30 de junho, em Luanda, uma reunião de Chefes de Estado dos PALOP com a finalidade de constituir formalmente o Fórum dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

A criação deste Fórum acaba por ser a institucionalização da coordenação que já existe entre os cinco países africanos de língua oficial portuguesa. A ideia central deste grupo é de reforçar a sua concertação político-diplomática por ocasião de grandes eventos internacionais, nomeadamente quando envolve organizações como a ONU, A UA ou a CPLP.

Os cinco países participantes pretendem igualmente dinamizar a cooperação económica, financeira e empresarial entre eles e incentivar troca de experiências e promover a colaboração entre os diferentes sectores dos Estado, privados e sociedade civil.

Os representantes de todos os países afirmaram claramente que este Fórum não será uma instituição concorrente, mas sim complementar, da CPLP.

Estiveram presentes nesta sessão inaugural, os Presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos, de Cabo Verde, Jorge Carlos de Almeida Fonseca, de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, da Guiné Bissau, José Mário Vaz, e o Primeiro-ministro da República de Moçambique, Alberto Vaquina. O Presidente Guebuza não esteve presente porque estava em viagem que culminou com visita oficial a Portugal nos dias 1 e 2 de julho.

Esta coordenação, que é evidente no seio da União Africana e das Nações Unidas, recupera um espírito de solidariedades existente entre estes países e que foi evidente após as respetivas independências nos anos 70. Os atuais líderes dos PALOP reafirmaram os laços profundos que os unem e a sua disposição de contribuir ativamente para que os cinco países possam desenvolver as suas enormes potencialidades.

Os Chefes de Estado e de Governo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa recomendaram a revisão dos acordos e protocolos de cooperação existentes entre os cinco países, bem como a identificação de outras áreas de cooperação futura, com particular realce para a vertente empresarial, tendo em vista reforçar os programas de cooperação em torno dos objetivos comuns e partilhados.



Ébola Ameaça a África Ocidental

Neste primeiro encontro, os líderes dos PALOP manifestaram a intenção de aprofundar a sua coordenação em matéria de política externa. Nesse sentido, apelaram a comunidade internacional a prestar, apoio aos programas de desenvolvimento e ao fundo de emergência da República da Guiné-Bissau.

Paralelamente, reiteraram o seu apoio à candidatura da República de Angola a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o período 2015-2017.

No seu discurso na qualidade de líder destes Fórum, José Eduardo dos Santos justificou a sua criação pelo facto dos PALOP têm problemas específicos comuns que requerem instrumentos diferenciados de intervenção fora do contexto da CPLP, pelo qual só a harmonia entre as nações africanas de língua portuguesa pode determinar a força e influência nas tomadas de decisões em foros mais alargados onde se discutam os problemas e se procuram soluções, em prol das causas africanas.

A Cimeira elegeu o Presidente angolano para presidir o Fórum dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa para o período 2014-2016. A Cimeira de Chefes de Estado e do Governo reunirá de dois em dois anos. O Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros reunirá uma vez por ano e sempre que for considerado necessário

A Cimeira acolheu com satisfação a disponibilidade da República de Cabo-Verde de albergar a próxima Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo do FÓRUM PALOP, prevista para 2016.



O vírus do ébola, que nos últimos anos parecia estar adormecido, reapareceu em força na Guiné Conacri alastrando rapidamente a outros países vizinhos, nomeadamente a Serra Leoa, a Libéria e a Nigéria. Simultaneamente, há sérias suspeitas que também já esteja ativo em outros países, como a Guiné Bissau, onde a fraqueza das estruturas sanitárias não terá ainda permitido deteta-lo.

Os especialistas estavam convencidos que a doença tinha sido controlada, o que veio a ser desmentido pela realidade. Uma possível explicação é o facto de as mortes que se foram sucedendo nos últimos tempos, provocadas pelo ébola, não tenham sido comunicadas como tal. Os especialistas afirmam que se não houver uma total colaboração das populações, e se as pessoas não estiverem devidamente informadas, a doença pode transformar-se com muita facilidade numa vaga epidemiológica.

O ébola é um vírus tropical que pode matar as suas vítimas em dias, causando febres e dores musculares intensas, bem como vómitos e diarreia, e nalguns casos alguns órgãos deixam de funcionar, o que pode também levar a hemorragias incontroláveis. A situação é agravada pelo facto do contágio ser muito fácil, bastando o contacto com uma pessoa infetada.

Não há nenhum medicamento ou vacina para o ébola, cujo nome deriva de um pequeno rio na República Democrática do Congo (RDC). As hipóteses de sobrevivência aumentam se os pacientes são mantidos hidratados e se forem tratados de infeções secundárias.

Organizações de saúde caracterizam este surto como um dos mais perigosos e desafiantes porque as pessoas das áreas afetadas mostram-se relutantes em colaborar com as autoridades, e porque alguns mortos são enterrados noutras vilas. As autoridades da África ocidental também não têm conseguido impedir que as pessoas toquem nos corpos durante os rituais funerários.

A ONG Médicos Sem Fronteiras (MSF) alerta que a epidemia de ébola na República da Guiné, na Serra Leoa e na Libéria está fora de controlo, pelo que é necessário uma grande mobilização de recursos. Os MSF anunciaram, em julho, que foram identificados doentes em mais de 60 locais dos três países da África Ocidental infetados, o que torna muito difícil localizar, identificar e tratar os doentes em asilos para deter o surto.



A situação pode agravar-se devido, por um lado, à fraqueza dos recursos dos países afetados, e à falta de resposta internacional. A incidência de morte nas pessoas infetadas é superior aos 90%. Para os MSF o atual foco de ébola não tem precedentes no que diz respeito à distribuição regional, ao número de pessoas infetadas e ao número de mortes.

Face ao agravamento da situação, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou todos os países da região para os perigos de contágio e decidiu realizar, a 2 e 3 de julho, um encontro de alto nível para debater sobre a epidemia e as medidas urgentes que devem ser adotadas para a travar. A reunião decorreu em Acra, capital do Gana.

De acordo com dados de finais de junho da OMS, a República da Guiné, a Libéria e a Serra Leoa totalizam, desde o início do ano, 795 casos de febre hemorrágica, dos quais 467 mortos. Esses números demonstram que a epidemia recomeçou a ganhar força após uma pequena acalmia em abril.

Face ao aumento contínuo do número de mortos e de casos de ébola, a OMS mostra-se muito preocupada com a situação na região ocidental africana. Daí que tenha apelado aos ministros da Saúde dos 11 países participante na reunião de Acra, para que sejam tomadas medidas drásticas no combate ao vírus. Uma dessas medidas passa, necessariamente, por um maior controlo fronteiriço e reforço das medidas sanitárias.

Os especialistas afirmam que se não houver uma total colaboração das populações, e se as pessoas não estiverem devidamente informadas, a doença pode transformar-se com muita facilidade numa vaga epidemiológica. Entretanto, apesar da situação, por enquanto a OMS não recomenda qualquer restrição em viagens ou comércio na região.

Para a OMS, este surto epidémico é um dos mais fortes desde que o vírus foi identificado em 1976, na atual República Democrática do Congo (RDC). Na altura, o surto matou 280 pessoas. Desde que se identificou o primeiro surto, já foram registados 18 novos surtos em países como a RDC, Gabão, Uganda e Sudão.

Investimento Estrangeiro em Moçambique

De acordo com dados do Relatório de Investimento Mundial de 2014, publicado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED)¹, O investimento direto estrangeiro (IDE) em África cresceu 4% em 2013, tendo atingido os 57 mil milhões de USD. A nível mundial o aumento foi de 9%.

As áreas que mais captaram investimento foram as relacionadas com a construção de infraestruturas e indústrias orientadas para o consumidor - como a alimentação, novas tecnologias e retalho.

O primeiro destino do investimento estrangeiro foi a África do Sul e o segundo foi Moçambique. Estes dois países captaram cerca de 13 mil milhões de USD em investimento estrangeiro, sendo que Moçambique obteve 5,8 mil milhões de USD.

No caso de Moçambique há a destacar dois grandes investimentos. Um foi realizado pela África do Sul na área do petróleo e do carvão. O outro investimento foi feito pela Finlândia na área das florestas. Em conjunto, estes dois investimentos representaram cerca de 2 mil milhões de USD.

Outro sector beneficiado por este tipo de investimento foi o gás natural. Neste sector destaca-se a entrada dos chineses que compraram à empresa italiana ENI as suas instalações em Moçambique. O setor do gás natural não foi, em 2013, um dos que mais gerou investimento externo, mesmo depois da entrada da China no setor.

O interesse internacional por Moçambique tem aumentado consideravelmente devido aos recursos energéticos e naturais deste país. Nem a instabilidade política e securitária, provocada pelo conflito entre a RENAMO e o Governo moçambicano, tem feito diminuir este interesse.

Se, por um lado, houve um aumento do investimento em países da África Austral, por outro, o Relatório do CNUCED regista uma diminuição desse investimento no Norte de África. O motivo para este desinteresse por esta região está associado à situação de instabilidade política que se vive em vários dos países desta região.

Outros países africanos, destinos privilegiados do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), como é o caso da Nigéria, viram diminu-

¹ <http://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=937>



Última Visita Oficial de Guebuza

íram este tipo de investimentos devido ao receio sobre a situação interna. Os ataques do grupo islâmico Boko Haram aliados a uma governação considerada fraca não favoreceram o aumento do IDE neste país.

De salientar a tendência, que já se registava no ano passado, dos países dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – continuaram como as principais fontes de IDE entre os países emergentes investidores. Os fluxos destas cinco economias aumentaram de 7 mil milhões de USD em 2000 para 145 mil milhões de USD em 2012, representando 10% do total mundial. As multinacionais destes países, inclusive as africanas, são, cada vez, mais ativas e competitivas.



O Presidente moçambicano, Armando Emílio Guebuza, realizou uma visita oficial a Portugal entre os dias 1 e 3 de julho, naquela que deverá ter sido a última enquanto Presidente da República. Guebuza está a terminar o seu segundo mandato enquanto Presidente, estando já marcadas eleições presidenciais para 15 de outubro deste ano. Nessas eleições os candidatos mais forte serão Filipe Nyussi, da FRELIMO, Daviz Simango, do MDM, e Afonso Dhlakama da RENAMO.

Esta visita de Guebuza reveste-se de um valor simbólico por ter escolhido Portugal, o que demonstra o excelente momento que as relações entre os dois países atravessam, fruto, em grande medida, dos resultados alcançados na II Cimeira bilateral realizada em Maputo em março passado.

Este bom momento nas relações entre os dois países permite que haja um aprofundamento no relacionamento económico, num momento em que Moçambique tem perspectivas de crescimento muito animadoras, à roda dos 10% ao ano, fruto das riquezas naturais do país.

Este cenário permite pensar em grandes transformações que serão necessárias ao nível das infraestruturas do país e nas quais as empresas portuguesas poderão vir a participar. O chefe de Estado moçambicano, que se fez acompanhar de cerca de 30 empresários, sublinhou o interesse de Moçambique em acolher mais investimento português, referindo que Portugal ainda pode investir mais, com vista a acelerar os processos de bem-estar mais abrangentes para os moçambicanos.

Em 2013, Portugal foi o terceiro maior investidor estrangeiro em Moçambique. No primeiro trimestre de 2014, Portugal apresentou-se como o maior investidor estrangeiro em Moçambique. As parcerias empresariais entre os dois países contam com um suporte de 182 milhões de USD.

Paralelamente, Portugal é um importante parceiro na área da cooperação. Demonstrativo dessa importância é o facto de Portugal ter sido eleito para a presidência do Grupo de doadores do orçamento de Moçambique, o G-19, para o período de junho de 2015 a junho de 2016.

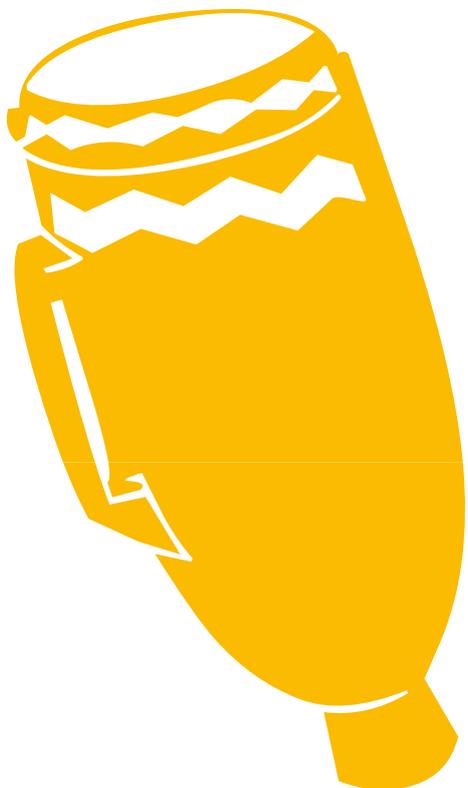
Em 2013, o G-19 desembolsou 606 milhões de USD, dos quais cerca de 344 milhões de USD para apoio ao orçamento do Estado e 262



milhões de USD para apoios programáticos sectoriais nas mais diversas áreas. Refira-se que, em 2013, o orçamento do Estado de Moçambique foi suportado em cerca de 70% por receitas internas e em 30% pelo G-19.

Esta presidência assume especial relevância político-diplomática no quadro das relações bilaterais entre Portugal e Moçambique. Ao assumir a presidência, Portugal vê reconhecida, pelas autoridades moçambicanas e pelos outros doadores, o especial papel que desempenha em Moçambique.

Nem mesmo a situação de instabilidade política entre o Governo e a RENAMO, que se traduz em alguma violência registada no centro do país, nem a situação de raptos de cidadãos mais abastados e estrangeiros, fenómeno registado sobretudo nas grandes cidades, parecer afastar potenciais investidores.



União Africana Nomeia Chissano

A União Africana nomeou, a 30 de junho o ex-presidente moçambicano, Joaquim Alberto Chissano, como seu representante especial para o Sahara Ocidental. Esta nomeação foi decidida pela União Africana na XXIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA) que se realizou em junho em Malabo.

Na sua qualidade de representante especial africano da União Africana, Chissano deverá deslocar-se a várias capitais mundiais com o objetivo de auscultar as várias posições e ajudar a forjar uma solução para o problema do Sahara Ocidental.

Esta nomeação de Chissano foi muito bem recebida pela Frente POLISARIO, tendo o seu líder, Mohamed Abdelaziz, manifestado total confiança nas capacidades de Chissano para ajudar a resolver o diferendo com Marrocos.

Ao contrário da Frente POLISARIO, Marrocos reagiu muito negativamente a esta nomeação. Por um lado, os marroquinos consideram a questão do Sahara Ocidental um assunto interno e não uma questão regional.

Por outro lado, Marrocos rejeita a interferência da UA no problema, considerando que o assunto deverá continuar a ser tratado ao nível da ONU.

Refira-se que Marrocos suspendeu a sua participação na UA precisamente devido ao problema do Sahara Ocidental. Para o governo marroquino, a UA tem uma posição claramente alinhada com a Frente POLISARIO, razão pela qual nunca poderá aspirar a ter um papel de mediador.



Sucessão de José Maria das Neves

O Conselho Nacional do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) anunciou que o sucessor do seu atual líder, o Primeiro-Ministro José Maria das Neves, será eleito a 14 de dezembro através de voto direto.

À frente do PAICV desde o congresso de 2000 e sucessivamente Primeiro-Ministro desde 2001, José Maria das Neves já tinha anunciado, em março de 2013, após ser reeleito líder do partido, que esse seria o seu último mandato.

Foi também marcado para início de 2015 um congresso extraordinário do partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV), no qual o novo líder poderá apresentar aos militantes do partido a sua estratégia para as eleições de 2016. Apesar de abandonar a liderança do PAICV no fim deste ano, José Maria das Neves continuará a chefiar o governo até às eleições de 2016.

José Maria Neves considera que, com a eleição em dezembro e a realização do congresso a mais de um ano das legislativas, permitirá ao novo líder preparar o partido convenientemente para os desafios eleitorais de 2016.

Para suceder José Maria das Neves aparecem quatro candidatos: a ministra da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, Janira Hopffer Almada; a ministra-adjunta e da Saúde, Cristina Fontes Lima; o líder parlamentar do PAICV na Assembleia Nacional, Felisberto Vieira, e o vice-presidente do Parlamento e secretário-geral do partido, Júlio Correia.



Criação do Banco dos BRICS

Sob o lema "Crescimento inclusivo e soluções sustentáveis", teve lugar, a 16 de julho, no Brasil a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICS, o grupo das cinco maiores economias emergentes do mundo, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Esta cimeira ficou marcada pela decisão dos estados membros procurarem alternativas ao atual estado de crise do sistema financeiro e monetário internacional. Nesse sentido, os BRICS decidiram adotar medidas concretas sobre a criação de um sistema financeiro paralelo ou alternativo que garanta a sustentabilidade desta aliança.

Esta nova arquitetura financeira vai marcar a geografia dos mercados de capitais no mundo e deve ser assente em dois pilares fundamentais. O primeiro é a execução do Acordo de Reservas de Contingência que na verdade é uma almofada para as economias dos cinco, já que serve para garantir a injeção de capitais nas economias dos Estados membros em momentos de necessidades.

Estas reservas de contingência são constituídas pela afetação de verbas excedentárias dos países dos BRICS (uma espécie de lucros das economias nacionais) para formação de uma reserva que vai absorver perdas prováveis em situações extraordinárias, como calamidades naturais ou greves que possam ocorrer nestes países.

Nos últimos tempos, exemplos de problemas que têm atingido estes países não têm faltado como as cheias sazonais que ocorrem em várias regiões da China e as múltiplas greves de mineiros na África do Sul e de vários sectores no Brasil, que podem perigar a aceleração da economia dos cinco.

O segundo pilar implica a criação de um Banco de Desenvolvimento, designado Banco BRICS. Este banco tem como objetivo principal o financiamento a uma taxa de juros inferior à do mercado, cuja finalidade é promover o desenvolvimento económico dos BRICS numa fase inicial e posteriormente ter uma carteira de negócios que possa ser alargada a países estratégicos para os cinco como é o caso de Angola, que foi convidada de honra na anterior Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICS, ou a Argentina convidada de honra deste ano.

O novo banco terá a sua sede em Shangai e a primeira presidência, será ocupada pela Índia. O novo Banco de Desenvolvimento vai ter igualmente um centro regional africano, na África do Sul.

O novo banco será provido de um fundo de 100 mil milhões de USD. A China participará com 41 mil milhões de USD, o Brasil, Índia e Rússia 18 mil milhões de USD e a África do Sul entrará com 5 mil milhões USD.

Com estas duas ferramentas, os BRICS conseguem reduzir substancialmente a volatilidade cambial das suas moedas expostas aos cenários atuais da economia mundial e criam um sistema de crédito alternativo ao Fundo Monetário Internacional FMI e ao Banco Mundial muito dependentes da economia dos EUA.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação

Porta de Comunicação

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05